Plataforma Operária e Camponesa da Água e Energia

PROPOSTAS PARA POLÍTICA ENERGÉTICA NACIONAL

Brasil para os brasileiros

Brasília, 14 de setembro de 2026.

Destacamos que **a área energética do Brasil é um setor de excelência.** Mesmo com inúmeras contradições, nosso país possui gigantescas **bases naturais** (água, rios, petróleo, minerais críticos, sol, vento, urânio entre outros) que proporcionam vantagens comparativas e competitivas a nível mundial. Temos uma **indústria de petróleo e de eletricidade** com potencialidade para atender às necessidades do povo brasileiro. Temos **trabalhadores e trabalhadoras de alta capacidade** que produzem e fornecem eletricidade, água, gás de cozinha, gasolina, óleo diesel, fertilizantes agrícolas e demais derivados deste imenso país. Temos boa capacidade de produção e tecnologias. Temos experiências de como tratar com dignidade os atingidos pelas obras e trabalhadores do setor, e mesmo assim manter preços acessíveis à população. E temos **potencialidade de ampliar e melhorar** em todos estes aspectos.

Porém, a **selvageria das privatizações de empresas estratégicas**, realizadas por governos de direita e extrema direita prejudicaram nosso país para promover o privilegiamento de especuladores e rentistas de plantão. Este caminho **comprometeu a soberania, a independência e a segurança energética do Brasil.** A política energética foi capturada pelo capital financeiro que extrai lucros abusivos, enquanto o povo brasileiro é a principal vítima. O modelo energético privatizado penaliza a imensa maioria do povo brasileiro.

A traição da pátria, a sabotagem e o boicote a tudo que é soberano, público e para o povo é a principal característica das **forças fascistas e de extrema direita em nível nacional e nos estados. Estes são os traidores da pátria.**

O Governo Lula recebeu, em 2023, um país destruído. Teve que priorizar um mandato de reconstrução nacional. Apesar dos esforços institucionais de reconstrução, a partir de 2023, o setor energético continua submetido às regras coercitivas da valorização do capital e da transferência de riquezas ao capital financeiro, seja nacional ou estrangeiro. A persistência histórica de grandes aumentos na conta de luz, na de água e na consolidação do marco regulatório mercantil provam que o papel do Estado tem sido o de administrar a instabilidade dessas indústrias, blindando o lucro dos acionistas e descarregando as perdas sobre as costas da classe trabalhadora brasileira. No setor elétrico, houve um rombo de R$500 bilhões, além da criminosa privatização da Eletrobrás. O setor de água e saneamento estava em acelerado processo de privatização em todos os aspectos e continua a seguir esse caminho em

diversos Estados governados pela direita. Na indústria de petróleo e gás, a Petrobrás estava em processo de fatiamento e sucateamento, com aplicação de preços abusivos ao povo brasileiro no gás de cozinha, gasolina e óleo diesel. Agora, em tempos de aumento de tensões geopolíticas, fica ainda mais evidente a necessidade de estatais que operem diretamente nesse setor.

Enquanto Plataforma da Água e Energia, somos forças em que **nosso trabalho é responsável por importantes cadeias industriais no Brasil:** Indústria de **Petróleo e Gás;** Indústria de **Eletricidade** Brasileira; Indústria de **Água e Saneamento** básico; Indústria de **Biocombustíveis** (biodiesel e álcool); Indústria de **Máquinas e Equipamentos**; Indústria de **Construção Pesada**, além de milhares de **Populações Atingidas** por barragens, rompimentos e reações extremas do clima.

AGORA É TEMPO DE AVANÇAR.

Foto: Elineudo Meira

CONSIDERAMOS QUE A CENTRALIDADE É RECONQUISTAR A SOBERANIA ENERGÉTICA. A QUESTÃO ENERGÉTICA POSSUI EXTRAORDINÁRIA IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA AO DESENVOLVIMENTO NACIONAL E MELHORIA DE VIDA DO POVO BRASILEIRO.

A ÁGUA E ENERGIA NÃO DEVEM SER MERCADORIAS.

Foto: Elineudo Meira

APRESENTAMOS AS SEGUINTES PROPOSIÇÕES PARA A REFORMA ENERGÉTICA DE INTERESSE NACIONAL:

1. PERSISTIR PARA CONQUISTAR A SOBERANIA ENERGÉTICA NACIONAL E INTEGRAÇÃO DOS POVOS

O traço principal na indústria de eletricidade, do saneamento e do petróleo no Brasil é o domínio do capital financeiro. Ou seja, é a dominação dos grandes Bancos e Fundos de Investimentos (do Brasil e do mundo) que impõe a lógica perversa dos lucros abusivos e do parasitismo financeiro.

É necessário estabelecer na questão energética nacional o controle 100% estatal, público e integral das cadeias industriais de eletricidade e do petróleo e gás natural. Assim também deve ser no saneamento básico.

A mais urgente tarefa nacional é enfrentar o capital financeiro. Os Bancos e Fundos financeiros que controlam a maior parte das empresas da questão energética nacional, as utilizam exclusivamente para o privilégio de uma minoria de especuladores e rentistas. São os verdadeiros parasitas do povo brasileiro.

REESTATIZA BRASIL com controle público é a nossa linha principal. A prioridade do novo governo deve ser o fortalecimento do sistema público, deve reestatizar completamente o sistema Eletrobrás, a BR Distribuidora, a Liquigás, as Fafen(s), as refinarias que foram privatizadas, colocá-las sob o controle do Estado brasileiro e recuperar a capacidade de refino nacional.

Deve ser compromisso a reversão das privatizações realizadas das empresas de saneamento e da água (reservatórios, rios e demais potenciais) e priorizar o saneamento básico de caráter público, comunitário e popular.

Além disso, precisamos fortalecer nossas defesas em relação aos ataques imperialistas, em especial dos EUA, sobre a América Latina. Principalmente em relação a nossas reservas de petróleo e nossas terras raras. É necessário fortalecer medidas de integração com outros países, em especial aqui na América Latina, no enfrentamento aos governos autoritários e de extrema direita, mais uma vez, atacando nossa soberania.

A nossa linha de trabalho na relação com os povos da América Latina é **desenvolver a integração energética solidária com respeito à autodeterminação dos povos**, em especial nos processos produtivos, organizativos e das lutas populares na busca de uma comunidade de futuro compartilhado, sem rivalidades e com o mais alto grau de desenvolvimento humano.

Foto: Elineudo Meira

2. CONSTRUIR UMA POLÍTICA DE FORTE CONTROLE DE ESTADO SOBRE OS PREÇOS E TARIFAS DE ENERGIA ELÉTRICA, SANEAMENTO BÁSICO, GÁS DE COZINHA E COMBUSTÍVEIS

Estamos entrando em uma nova época histórica em que o neoliberalismo está em decadência e o desafio é sua superação. A lógica parasitária da política de preços e tarifas sob a 'mão invisível' do mercado priorizou o rentismo, produziu forte aumento dos preços e piora da qualidade dos serviços à população brasileira.

Consideramos que os preços dos produtos nacionais da água e energia são questões centrais para o controle e a distribuição das riquezas produzidas no País e também para a reindustrialização nacional.

É tempo de avançar rumo à superação do modelo energético de bases neoliberais, que segue predominante no estabelecimento dos preços e tarifas da água, da energia elétrica e até dos combustíveis.

Propomos persistir para a desfinanceirização, para abrasileirar e estabelecer os preços com base nos custos de produção nacionais. Precisamos desmontar o modelo regulatório de leilões e tarifas fixadas ao 'preço máximo', que indexam a água e a energia no território brasileiro para a acumulação global. Somente assim podemos reverter os lucros extraordinários capturados pelo capital financeiro em melhor qualidade dos serviços e tarifas menores imediatas para a vida real do povo brasileiro.

3. REFORMAR E PREPARAR AS ESTRUTURAS DE ESTADO PARA A NOVA ÉPOCA HISTÓRICA

A nova época histórica revela que o Estado deve ter centralidade no planejamento e desenvolvimento da economia nacional, com forte atuação e controle em áreas e serviços estratégicos.

É tempo de fortalecer as empresas públicas (federais, estaduais e municipais). Construir empresas estatais de excelência no setor elétrico, no petróleo e gás e demais áreas significa rejeitar tanto o modelo privado quanto o modelo estatal burocrático, pois ambos operam sob os parâmetros de eficiência do mercado e de subordinação coercitiva dos trabalhadores.

Destacamos a importância do sistema **Eletrobrás estatal** e a recém criada **ENBPar (controladora de Itaipú e Eletronuclear)**, da **Petrobrás soberana e para o Brasil**, com capacidade integrada - atuando do poço ao posto e poste. Assim, também deve ser o fortalecimento do CEPEL na área de conhecimento e tecnologia e os instrumentos de financiamento público via BNDES, Caixa, Banco do Brasil, entre outros.

É tempo de reformar e democratizar os principais organismos de Estado responsáveis pela política energética nacional. Todas essas estruturas arcaicas, com cheiro de anacronismo, seguem capturadas pelo capital financeiro parasitário, que

atuam à margem dos interesses nacionais. A **Plataforma da Água e Energia propõe promover a democracia, ampliar a participação e controle popular a começar pela CNPE, ONS, EPE, ANEEL, ANP, ANA, CCEE e CADE**. Nas agências reguladoras é necessário garantir um modelo público de regulação, democratizando os principais organismos de Estado.

Também é tempo de mudar as leis, normas e estatutos das estatais que mantêm a lógica privada de privilegiar os já privilegiados, de financeirização e mercantilização da água e energia de nosso país. É injusto e cruel que a conta de luz das massas trabalhadoras (residenciais) sejam obrigadas a pagar cerca de R$ 50 bilhões/ano em Encargos setoriais para cobrir o rombo dos subsídios destinado aos consumidores mais ricos – como, por exemplo, aos grandes industriais e comerciais com Fonte Incentivada, Geração Distribuída e até irrigação das grandes fazendas agrícolas.

4. CONSTRUIR ADEQUADA POLÍTICA PARA ENFRENTAMENTO DA CRISE CLIMÁTICA

O planeta está mais quente e em todas as situações extremas do clima – inundações, enchentes, calor, degelo, secas, deslizamentos, tornados, contaminações, entre outros - os que menos foram responsáveis pelas mudanças climáticas são as maiores vítimas, em especial a população assalariada das periféricas urbanas, os ribeirinhos e, particularmente, os negros e as mulheres. Ou seja, **os efeitos da crise climática atingem de forma mais dura a classe trabalhadora**.

A Plataforma da Água e Energia entende que a superação dessa crise passa pela centralidade das políticas de Estado e pelo enfrentamento à financeirização da natureza. Portanto, é papel dos governos liderar as políticas e oferecer as condições financeiras. Destacamos que é central **combater o desmatamento das florestas e queimadas criminosas**, impedir a privatização das áreas ambientais e **liderar as ações emergenciais de reconstrução das regiões atingidas** por reações extremas do clima.

Propomos aplicar uma política de transição energética justa sob o comando do Estado, sem reduzi-la apenas à escolha da matriz tecnológica renovável. Mas orientado sob as bases organizativas para uma nova política energética, que garanta soberania e pleno respeito aos trabalhadores de todas as áreas de geração de energia (renováveis e não renováveis) e as comunidades atingidas onde estas indústrias estão instaladas, buscando fazer frente ao racismo ambiental. A Petrobrás, como parte da indústria de combustíveis fósseis, deve assumir maior responsabilidade na solução da crise climática.

Propomos ainda a criação de um fundo, financiado por impostos sobre lucros extraordinários das empresas de exploração de petróleo e gás, a ser destinado a iniciativas de descarbonização, adaptação climática, qualificação profissional, reparação histórica de populações vulnerabilizadas e fortalecimento da fiscalização ambiental.

5. É TEMPO DE GARANTIR A PROTEÇÃO E DIREITOS DAS POPULAÇÕES ATINGIDAS

Atualmente, a população atingida envolve três particularidades: as populações atingidas por construção de barragens, principalmente de hidrelétricas; os atingidos por crimes socioambientais causados por ameaças e ou rompimentos de barragens;

e as pessoas atingidas pelas crescentes reações climáticas extremas, resultante das mudanças climáticas.

A aprovação da **Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB)**, Lei federal 14.755/2023, a qual foi aprovada por unanimidade no Senado federal e sancionada pelo Presidente Lula em dezembro do mesmo ano, representa a maior conquista da história dos atingidos. Mas, lamentavelmente, as forças empresariais de minas e energia atuam contra sua aplicação. **A lei ainda necessita de regulamentação, da criação de um "organismo de Estado" capaz de coordenar sua execução e de um "Fundo Nacional" com recursos financeiros**.

6. É TEMPO DE MELHORAR AS CONDIÇÕES DE TRABALHO E VALORIZAÇÃO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS

Propomos o **respeito e a valorização dos trabalhadores e trabalhadoras** do setor energético nacional e da construção das obras, oferecendo-lhes melhores condições de trabalho e ganho salarial, com ampliação dos direitos e conquistas. A centralidade é gerar empregos no Brasil, formando e oferecendo vagas para as comunidades do entorno de cada empreendimento e unidade de produção com trabalho decente.

Desenvolver uma **política adequada de saúde e segurança** dos trabalhadores e trabalhadoras. E impor limites à terceirização e precarização das condições de trabalho, com garantia de igualdade de direitos e equiparação às melhores condições existentes no setor. É de grande importância a obrigatória inclusão dos fatores de riscos psicossociais nas condições de trabalho dos trabalhadores para identificar, avaliar e controlar as questões que possam afetar a saúde mental de quem trabalha. Também é importante considerar os efeitos para o mundo do trabalho, causados por eventos climáticos extremos, aumento das temperaturas e demais consequências do aquecimento global.

Precisamos instituir uma política nacional que estabeleça salvaguardas para os empregos verdes, programas de qualificação, apoio de bancos públicos e proteção a povos tradicionais. Também inclui protocolos para eventos climáticos extremos, como renda mínima emergencial para trabalhadores afetados.

7. PERSISTIR NA POLÍTICA DE REINDUSTRIALIZAÇÃO NACIONAL NAS CADEIAS DE PRODUÇÃO DA ENERGIA BRASILEIRA

Essas iniciativas devem ser lideradas pelo Estado, com mecanismos de apoio à industrialização nacional e formas mais eficientes para gerar postos de trabalho de boa qualidade e renda ao nosso povo, garantir autossuficiência, segurança e excelência nos resultados. Também é necessário persistir na manutenção e ampliação da **Lei de Partilha e justa distribuição dos benefícios e resultados** produzidos nas áreas de energia.

A Plataforma da Água e Energia propõe persistir na política de conteúdo nacio-

nal, principalmente: A) na área de Produção e Exploração de Petróleo, na construção de navios petroleiros; B) no desenvolvimento da geração de eletricidade renovável; C) para a produção de terras raras; D) e no saneamento, com destaque à química, mecânica, eletrônica e computacional.

Propomos a forte retomada de investimentos no refino e produção de fertilizantes para atender a demanda que o Brasil necessita. E rever a lei do gás com maior inserção da Petrobrás no segmento de gás natural da produção à distribuição**.** É fundamental **expandir a capacidade de refino nacional** com a retomada de projetos de ampliação e construção de novas refinarias, ampliar os investimentos em **novas fábricas de fertilizantes e reativar todas as fábricas que foram desativadas e vendidas,** para reduzir nossa dependência externa e alcançar a autossuficiência.

8. DESENVOLVIMENTO DE CONHECIMENTO E TECNOLOGIA SOBERANA EM ÁREAS ESTRATÉGICAS

Devemos persistir na ciência para garantir a melhor qualidade em termos de eficiência e produtividade, e desenvolver elevado grau de **educação, organização e conhecimento de todo o povo brasileiro** sobre a questão energética nacional.

A Plataforma de Água e Energia propõe fomentar a pesquisa, a inovação e desenvolvimento tecnológico com os objetivos de diminuir a jornada e a penosidade do trabalho, com centralidade no controle público e estatal do CEPEL, do Cenpes, da EPE e forte investimento de estado em centros de pesquisa de Universidades e Institutos Federais.

No mesmo sentido, é necessário o **fortalecimento das empresas estatais SGB-CPRM (Serviço Geológico do Brasil - Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais) e CETEM (Centro de Tecnologia Mineral)**. Consideramos empresas estratégicas estatais para conhecermos os nossos recursos minerais, inclusive terras raras e minerais Críticos e para o desenvolvimento de tecnologia nacional e soberana para extração e produção desses minerais, com respeito ao meio ambiente e à sociedade brasileira.

A questão nuclear no Brasil deve ser considerada como área estratégica para soberania, desenvolvimento tecnológico e reindustrialização, integrada à uma política nacional soberana de minerais críticos e terras raras. Assim, a Eletronuclear deve ser fortalecida como centro dessa política, articulada à ENBPar, Indústrias Nucleares do Brasil (INB), Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), universidades, institutos de pesquisa e demais instituições públicas, preservando e ampliando a capacidade brasileira de desenvolver, operar e dominar tecnologias nucleares.

9. RECUPERAR A QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS À POPULAÇÃO

A piora da qualidade dos serviços envolve fornecimento de luz fraca, longos desligamentos, ausência de postos de atendimento ao público, cobranças de taxas e valores indevidos, entre outros.

O Governo deve fortalecer mecanismos de controle estatal e maior participação social para garantir que os **serviços de energia elétrica e saneamento ofereçam**

padrões nacionais de qualidade e desempenho das empresas, visando a melhor qualidade na prestação de serviço para a sociedade, especialmente para bairros e comunidades periféricas.

Ainda é necessário introduzir um limite às terceirizações e aos trabalhos de autogerenciamento subordinado.

Precisamos construir iniciativas que possam erradicar a pobreza energética, assegurando acesso igualitário e universal aos sistemas energéticos, modicidade tarifária e eficiência energética para as famílias de menor renda.

10. GARANTIR FORTE INVESTIMENTO PÚBLICO E ESTATAL COMO VANGUARDA DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL E PERSISTIR PARA JUSTA DISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA

É questão fundamental que todos os bancos públicos (BNDES, Banco do Brasil, Caixa, etc) sejam autorizados e retomem o financiamento de empresas estatais em condições de plena igualdade e de forma irrestrita.

Somos defensores para que se promova a **partilha e a justa distribuição das riquezas e resultados produzidos nas áreas de energia, com prioridade para melhorar a saúde e educação gratuita, universal e de qualidade**. Que essa riqueza também sirva para elevação do **conhecimento e tecnologia soberana** em áreas estratégicas.

Água e energia não são mercadorias.
Água e energia com soberania, distribuição da riqueza e controle popular!

Foto: Joka Madruga / MAB

Plataforma Operária e Camponesa da Água e Energia

Organizações da Plataforma Operária e Camponesa da Água e Energia: AEEL – Associação dos Empregados da Eletrobrás; **CNE** – Coletivo Nacional dos Eletricitários; **CNTE** – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação; **CNU** - Confederação Nacional dos Urbanitários; **CNM** – Confederação Nacional dos Metalúrgicos; **FURCEN** - Federação Regional dos Urbanitários Centro-Oeste; **FISENGE** - Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros; **FNU** - Federação Nacional dos Urbanitários; **FRUNE** - Federação Regional dos Urbanitários do Nordeste; **FSU** - Federação Regional dos Urbanitários do Sul; **FTUN** - Federação dos Trabalhadores Interestadual Urbanitários do Norte; **FRUSE** - Federação Interestadual dos Urbanitários do Sudeste; **FUP** - Federação Única dos Petroleiros; **Sindipetro AM; Sindipetro CE/PI; Sindipetro RN; Sindipetro PE; Sindipetro BA**; **Sindipetro MG**; **Sindipetro ES**; **Sindipetro Caxias**; **Sindipetro NF**; **Sindipetro Unificado SP**; **Sindipetro PR/SC**; **Sindipetro RS**; **SINAERJ - Sindicato dos Administradores do Estado do Rio de Janeiro; SINTERN**; **INTERCEL**; **INTERSUL**; **Levante Popular da Juventude**; **MCP** - Movimento Camponês Popular; **MAB** - Movimento dos Atingidos por Barragens; **MPA** - Movimento dos Pequenos Agricultores; **PROIFES** – Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico Técnico e Tecnológico; **SENGE/BA** - Sindicato dos Engenheiros da Bahia; **SENGE/PR** - Sindicato dos Engenheiros do Paraná; **SENGE/RJ** - Sindicato dos Engenheiros do Rio de Janeiro; **SINDIELETRO/MG**; **SINDUR/RO**; **SINERGIA/SC**; **SINERGIA/BA**; **STIU/DF**.